



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **09/08/2018**

Aprovado em: **09/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.12.12>

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS EM CLASSES REGULARES: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA

EIXO: 12. PSICOLOGIA, APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO: ASPECTOS PSICOPEDAGÓGICOS E
PSICOSSOCIAIS

RAQUEL BARCELOS DE ANDRADE, ROBERTA CAMARA ROCHA MENEZES

RESUMO

Este artigo tem caráter bibliográfico e tem como objetivo discutir o autismo e a importância de incluir crianças. Avaliou-se a produção científica sobre inclusão de alunos autistas em classes regulares, publicadas nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da Região Nordeste do Brasil, entre 2012 e 2017. Esta pesquisa baseou-se nos resultados da base de dados de Tese e Dissertação, visando identificar os principais temas enfocados e o delineamento de cada pesquisa. Os resultados foram agrupados em categorias: objetivo e resultados. Foi encontrada pouca produção acadêmica sobre a inclusão de alunos autistas em classes regulares. Foram encontradas cinco produções, duas de pósgraduação em psicologia e três de educação. Verificou-se uma inclusão bem distante do ideal desse processo.

Palavras-chave: autismo-inclusão-educação-psicologia.

ABSTRACT

This paper has a bibliographic character and its purpose is to discuss autism and the importance of including children. It was evaluated the scientific production about inclusion of autistic students in regular classes, published in Postgraduate Programs in Psychology of the Northeast Region of Brazil, between 2012 and 2017, was evaluated. This research was based on the results of database of Tesis and Dissertation, aiming to identify the main themes focused and the delineation of each research. The results were grouped into categories: objective and results. It was found little academic production about inclusion of autistic students in regular classes. Being five productions, two of psychology and three of education. There was an inclusion far removed from the ideal and a psychology disconnected from the ideal of this process.

Keywords: autism-inclusion-education-psychology.

A inclusão ainda é um desafio na realidade das escolas brasileiras. Quando se fala em inclusão, fala-se em diversos aspectos, saber lidar da melhor maneira com as especificidades daquele a quem se busca incluir, o que muitas vezes não é o caso. Tal pesquisa buscou fazer um levantamento sobre produções científicas que tratam a temática da inclusão, apresentando a preocupação com a importância do desenvolvimento de pesquisas que estudem essa questão.

Quando se pensa em educação, pensa-se na estrutura basilar da sociedade, que é a escola, e é por ela que ocorre a exclusão e segregação, e assim abrir caminho para a comunicação e diálogo sobre as diferenças e o respeito. Deveria ser o terreno fértil para a inclusão, comunicação e aceitação das diferenças.

Nesse sentido, percebe-se, atualmente, um discurso cada vez mais forte pela inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Porém, quando se fala em inclusão de uma criança autista, parece que tal discurso nas escolas muda ou se torna menos efetivo, pois os professores estão despreparados para lidar com crianças com Necessidade Educacionais Especiais (NEE). Essa grande resistência talvez se deva aos estereótipos e mitificações que giram em torno do autista no imaginário social. Nas manifestações dos comportamentos estereotipados seriam responsáveis pelas barreiras na busca de se estabelecer a inclusão.

De acordo com Kupfer (2004), é imprescindível que se modifique a maneira social como a criança com autismo é vista. Não é da escola e dos professores, a fim de que estes busquem compreender as diferenças e peculiaridades do autismo para receber estas crianças, e não o contrário, a escola deve estar preparada para recebê-las e saber lidar com elas. É que a escola se adapte à criança com necessidades educacionais e não o inverso.

Partindo dessa premissa, este artigo teve como objetivo analisar a produção científica acerca da inclusão de crianças com autismo em classes regulares, publicadas nos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Educação e Psicologia na região Nordeste do Brasil, no período entre 2012 e 2017. Este estudo baseou-se no resultado do levantamento realizado no Banco de Teses e Dissertações (CAPES). Em relação à realidade da pesquisa, acredita-se na pouca produção acadêmica sobre o assunto, mesmo este sendo relevante e de extrema importância social e legal e a educação é um direito de todos. Em relação à escolha dos últimos cinco anos, buscou-se com isso ter uma amostra representativa da temática da pesquisa.

A importância de pesquisar sobre a condição de inclusão de crianças com autismo, se deve ao aumento do número de casos de Transtorno do Espectro Autista ao longo dos anos. De acordo com Teixeira (2016), um estudo realizado nos Estados Unidos, constatou que o número de casos de autismo aumentou significativamente ao longo dos anos.

a cada 68 seria portadora do transtorno. Dessa forma, o autismo se mostra uma realidade relevante que demanda que estas crianças precisarão ser incluídas em escolas, em algum momento. Daí a demanda de estudos que reflitam essa realidade.

Ainda levando em conta a relevância para a área estudada, tal pesquisa buscou promover uma revisão sobre as práticas em salas de aula de classes regulares, buscando estimular uma nova forma de olhar sobre a necessidade de se pesquisar e se aprofundar a forma, buscou-se contribuir com uma reflexão, para quem sabe, futuramente, a inclusão de autistas possa ser uma realidade. A pesquisa tem o intuito de despertar a atenção para a importância da produção científica na área de inclusão educacional e que escolas da região Nordeste tenha respaldo e que haja uma orientação para tal prática.

Para tanto, a problemática que impulsionou essa pesquisa, nasceu de uma questão principal e norteadora: *científicas de pós-graduação na região Nordeste do Brasil, que se preocupam com a inclusão de crianças autistas*

2 BREVE HISTÓRICO DO AUTISMO

Segundo Silva (2012), o autismo foi descrito pela primeira vez pelo psiquiatra americano Kanner, em 1943, quando descreveu uma série de comportamentos característicos e observáveis em um grupo composto por onze crianças, característico do autista.

De acordo com Silva (2017), no ano de 1950, Bruno Bettelheim trouxe a teoria de que a causa do autismo viria desse fenômeno de "mãe-geladeira". No entanto, nos anos 1970 tal teoria foi recusada. Hoje, através de estudos está ligado, na verdade, a causas genéticas associadas a questões ambientais. Apesar dos esclarecimentos que nos últimos anos, ainda há muitas perguntas a serem respondidas sobre o autismo.

3 O QUE É AUTISMO

De acordo com Orrú (2012), o autismo é uma palavra originada do grego (*autós*) que significaria “por si mesmo” e também denominado como Transtorno Autístico ou Autismo Infantil.

O autismo é uma disfunção global do desenvolvimento. De acordo com *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, afeta a capacidade de comunicação do indivíduo, de socialização e de comportamento, ou seja, responder apropriadamente que regulam essas respostas. Sendo assim, o autista apresenta dificuldade na interação social, alterações nos padrões estereotipados de comportamentos e interesses. Esta desordem faz parte de um grupo de síndromes chamado Transtornos do Espectro Autista.

Mais recentemente utilizou-se o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) para englobar o Autismo, o Transtorno de Asperger. De acordo com Silva e colaboradores (2012), o autismo não possui apenas uma única forma ou estereótipos em torno do autismo, pois muitas vezes o que povoia o imaginário social são estereótipos que não engloba toda pessoa autista. Como, por exemplo, acreditar que todo autista nunca olha nos olhos, não se considera a infinidade de variações e características dentro do espectro que vão de um nível mais simples ao complexo.

Segundo as normas da Associação Americana de Psiquiatria, na quinta edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, uma pessoa seja diagnosticada como autista deve apresentar os seguintes critérios: déficits significativos e alterações nas interações sociais, apresentando dificuldade na comunicação não verbal e verbal; falta de reciprocidade no comportamento; adesão excessiva a rotinas e interesses restritos, fixos e intensos. De acordo com o manual, tais sintomas devem estar presentes no início da infância.

4 O DESAFIO DA INCLUSÃO NO BRASIL

De acordo com Candeias (2012), a questão da exclusão ou inclusão de alunos autistas tem estado em voga com frequência, principalmente na área da educação. É possível perceber nos variados discursos que compõem esse debate um espaço potencial, que buscaria romper preconceitos e injustiças, mas, no entanto, a realidade pode ser bem diferente.

A fim de garantir a inclusão dessas crianças criou-se mecanismos legais, e o mais recente seria a Lei 12.764/2012, assinada então pela presidente Dilma Rousseff, na qual a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência. No entanto, além de mecanismos legais, que são de suma importância, talvez seja necessária uma mudança na cultura

cultura da escola. Percebe-se ainda grande dificuldade de inclusão de crianças com Necessidade Educacional resistências e falta de informação. (BRASIL, 2012).

Outro ponto relevante, que deve ser levado em conta na questão da inclusão, é a formação de professores. Ficou a sua experiência na docência, que os cursos de formação superior de professores no Brasil não dão o preparo com crianças autistas ou de qualquer ordem de necessidade. De acordo com Sanches e Teodoro (2006), a inclusão ou seja, de maneira coletiva, que passaria por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde a sala de aula, passando pela adaptação do currículo, pelas formas e respectivos critérios de avaliação.

Outro aspecto que deve estar sob olhar minucioso é a diferenciação da inclusão e da integração na escola. É importante De acordo com Praça (2011), inclusão é um movimento da escola para se adequar e receber a todos os alunos, e o movimento por parte do aluno, inserido na escola regular, em se adequar à escola. Considerando isso, a inclusão de uma criança com Necessidades Educacionais Especiais, pois proporcionaria oportunizar uma escola mais acolhedora, beneficiam toda e qualquer pessoa no âmbito escolar. A escola ao se adaptar para atender às necessidades atenta às necessidades de todos.

5 PSICOLOGIA E INCLUSÃO

Ao se falar em inclusão, percebe-se em um primeiro momento uma restrição a poucos personagens no contexto da coordenação e etc. No entanto, a psicologia deve ter um papel fundamental dentro da escola para que essa inclusão seja efetiva, segundo Ramos e colaboradores (2016) teria um papel de suma importância nesse processo, atuando com a criança com Necessidades Educacionais Especiais, além de dar suporte e apoio a família desse aluno.

Segundo Andaló (1984), o psicólogo também seria um agente de mudanças, pois esse promoveria a conscientização e reflexões acerca de suas práticas. Nesse sentido, ele possuiria um viés muito mais amplo e abrangente do que o da educação.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter qualitativo, sendo de cunho exploratório. Para a realização deste estudo, foi feita uma busca por artigos publicados no Banco de Teses e Dissertações (CAPES). A fim de realizar um recorte mais específico, foram realizados nos últimos cinco anos, de 2012 a 2017, sendo as produções mais recentes que dão um panorama mais atualizado da área. Todos os artigos que foram selecionados tratavam da temática inclusão de autistas na região Nordeste do Brasil, considerando: o ano, a localidade da Região Nordeste e a instituição.

Nesse sentido, foi feita a busca por pesquisa desenvolvidas nos últimos cinco anos. Durante a pesquisa, no banco de dados, pelo descritor “autismo”, 14 resultados. Já em relação apenas ao descritor “inclusão”, foram encontrados 190 resultados. Quando se adiciona o descritor “classes regulares” o resultado foi 208. Quando é feita a busca pelos descritores “inclusão” e “autismo” 214. Quando se adiciona o descritor “nordeste” apresentou o resultado 2.228. Quando a busca é feita pelos descritores “autismo” e “nordeste” foram encontrados 249. Quando é feita a busca pelos descritores “autismo”, “inclusão” e “nordeste” 249. Quando é feita a busca pelos descritores “autismo”, “inclusão”, “classes regulares” e “nordeste” aparecem 373 o resultado. E quando se refina ainda mais a busca dos descritores em “autismo”, “inclusão”, “classes regulares”, “nordeste” somam 424, mas, no entanto apenas 5 guardam, de fato, relação com o que foi pesquisado.

Diante de tal levantamento, evidenciou-se a incipiência em relação ao tema inclusão de crianças autistas em classes regulares. Percebe-se que como área de pesquisa, tanto do âmbito da Educação como da Psicologia, não há uma preocupação nessa temática. Deixando uma lacuna de conhecimento profunda e uma prática de inclusão deficitária, já que se fala em inclusão sem o suporte de pesquisas.

O método escolhido para analisar os dados levantados foi a análise de conteúdo de Bardin (2011), sendo observado dentro da temática. Foram também analisados pontos recorrentes nos artigos, em relação a realidade da inclusão de crianças autistas. A análise de conteúdos seria uma análise das comunicações, que buscar-se-ia indicadores que permitissem identificar as condições de produção.

7 RESULTADOS

O resultado do levantamento realizado se encontra na tabela abaixo. A busca no Banco de teses e dissertações

“nordeste” e “classes regulares”, foi feita apenas em programas de pós-graduações de universidades do Nordeste, apenas cinco guardavam relação com os descritores acima. Para o melhor entendimento da realidade da inclusão de autistas em classes regulares, elencou-se os pontos-chaves dessas cinco produções: “inclusão”, “escola”, “professores”, “alunos” e “resultados”.

Para uma melhor visualização das produções científicas encontradas e de seus delineamentos e foco foi estruturada a seguinte tabela, apresentando os artigos que guardavam relação com os descritores. Primando para um melhor entendimento dos dados coletados, foram utilizados os seguintes tópicos: título; autor; ano; programa de pós-graduação; objetivos e resultados.

7.1 INCLUSÃO

Dentre os cinco artigos pesquisados foi possível constatar que a inclusão de crianças autistas no Nordeste ainda é uma realidade distante. Santos (2016), que é o primeiro presente na tabela, foi possível perceber a dificuldade da escola em se adequar e apresentar grande dificuldade em adaptar as práticas da sala de aula, já instauradas. Todas as produções deixam claro que a inclusão de crianças autistas em classes regulares na região Nordeste. Apresentando a realidade de uma inclusão apenas inserção desses alunos nas escolas regulares.

Ainda de acordo com Sousa (2016), que é o quinto artigo da tabela, as leis seriam respeitadas, pois as crianças são incluídas em classes regulares, entando, segundo a autora, a escola volta a esbarrar na prática diária com essas crianças. Nesse sentido, a escola não oferece o espaço potencial de conhecimento. Mostra-se grande dificuldade da escola em receber esses educandos e adequar a prática pedagógica à inclusão e não apenas integração.

7.2 ESCOLA

Percebeu-se uma grande dificuldade de adequação das escolas a realidade desses alunos com necessidade de adaptação. Santos (2016), primeiro artigo da tabela, a adaptação de rotina, currículo e até mesmo do Projeto Político Pedagógico. Segundo Santos (2016), a escola mesmo recebendo o aluno com diagnóstico de autismo, não realizaria nenhuma adaptação curricular, nem das atividades realizadas em sala de aula.

Segundo Pereira (2014), terceiro artigo na tabela, verificou-se um total despreparo dos docentes e mediadores para trabalhar com crianças incluídas em classes regulares. A comunidade escolar mostrou-se desorientada em como proceder no processo de inclusão, havendo necessidade de suporte de pesquisadores nessa área.

7.3 LEIS

Outro ponto observado foram as leis que propiciam a inclusão de crianças em classes regulares. Estas que são preferencialmente em classes regulares, mostram a iniciativa para uma escola inclusiva, porém não iluminam com clareza as medidas mais específicas e ferramentas para colocar em prática tais leis. Percebe-se uma discrepância entre o papel da legislação e a realidade escolar, mas não há nenhum preparo para isso. De acordo com Santos (2016), há o desconhecimento, por parte dos professores, das ações necessárias para inclusão. Professores que não reconhecem o Projeto Político Pedagógico, nem suas diretrizes, demonstram desconhecimento de leis com a LDB. Nesse sentido, a realidade de um processo de inclusão ser tão distante da legislação.

Leis de inclusão são extremamente importantes para que o direito de tais crianças seja respeitado, no entanto, de acordo com a legislação, como formação de professores inclusivos, mediadores preparados, e de presença obrigatória desses últimos em sala de aula, infelizmente, ainda faz parte da realidade escolar abordada em tais artigos. Segundo Nascimento (2015), se a comunidade escolar extrapolasse a ação de colocar em prática as leis, a inclusão seria a ação de oportunizar o desenvolvimento de interação social, nos quais é respeitado o direito de todos.

DISCUSSÃO

A realidade da escassez de produções na temática estudada chama a atenção para a pouca produção acadêmica sobre o tema, bem como os mecanismos legais que o respaldam e demonstram a intenção de que a realidade de crianças com necessidades especiais seja respeitada no ensino e educação.

Essa falta de estudos pode levar a reflexão acerca de uma realidade que possivelmente tem se distanciado do contexto brasileiro, havendo uma disparidade entre as leis implementadas e a prática. No que tange à realidade inclusiva, em todos os trabalhos pesquisados, a inclusão é tratada como uma prática isolada, sem considerar o contexto social e político.

das escolas, iniciativas que mais estão para tentativas de erro e acerto, do que ações concertadas para a inclusão de muitas diretrizes do que se fazer, mas, no entanto, as escolas, diretores e professores, ao que parece, não têm um passo-a-passo de como proceder, de como lidar na realidade com essas crianças nas escolas regulares.

De acordo com Farias e colaboradores (2008), o que se observa em matéria de inclusão no Brasil é ainda a exclusão educacional do aluno com autismo. Segundo os autores, isso se deve ao fato de muitos profissionais, terem um desconhecimento destes, do desconhecimento sobre a condição do autista em si ou por se defrontarem diariamente com a realidade de uma intervenção pedagógica com tal aluno. Em relação a esse fato, trazido pela autora, verifica-se a realidade na qual a escola se encontra perdida, não possuindo ferramentas para concretização da inclusão e se r matéria de adaptação curricular, projeto político pedagógico, estrutura física, formação de professores, entre outros.

De acordo com Segate (2010), em relação à prática escolar, muitos professores se defrontam com muitas dificuldades reprodutivíssimo, e na simples transmissão do conhecimento, demonstrando total ausência de uma relação entre o professor e os alunos, possam auxiliar o trabalho docente com os alunos especiais.

Partindo dessas constatações, pode-se questionar se a prática de tais escolas tem sido realmente inclusiva. De acordo com a Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento incluídos em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%. Em relação a inclusão na educação de crianças com transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns o índice seria de 94,3%. Diante das produções acadêmicas e de tantas dificuldades diante de tentativas de inclusão, é possível questionar até que ponto os índices de matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais em classes regulares seriam apenas

Como já visto anteriormente, há uma enorme diferença entre inclusão e integração. Segundo Mantoan (1997), a inclusão de uma criança com deficiência, sendo que esta deveria se modificar, se moldar para ser aceita. Já a inclusão seria o inverso, se a criança com necessidades especiais está inserida, deveria se modificar e se adequar para recebê-la. Diante disso, e com a temática de inclusão de autistas na região nordeste, cabe o questionamento dessa realidade, que em número de animadores de inclusão, mas ao mesmo tempo pede uma reflexão. Será que assim como as leis que asseguram a inclusão tendo força para se transportarem do papel para a realidade, tais índices refletem de fato a realidade de escolas e de uma realidade constatada nas produções encontradas, e que estão longe de ser a tão sonhada inclusão, mostrando muitas crianças integradas as escolas, escolas essas que possuem muitas dificuldades e apresentam uma série de

Outro ponto que pôde ser observado, foi que entre os poucos trabalhos de pesquisa desenvolvido nessa temática a constatação apresenta uma realidade de uma Educação desconectada da Psicologia. No entanto, quando se fala em conjunto da escola com outros campos, entre eles a psicologia. De acordo com Danuzzi (2010), já existem muitas pesquisas e investigações feitas na área da Psicologia seriam de fundamental importância para a compreensão dos processos de inclusão que se percebe, ao buscar tais investigações é escassez e uma falta de preocupação com a temática. Dessa forma, a inclusão e os alunos que dela dependem.

Ainda segundo Danuzzi (2010), a psicologia não teria empenhado um papel positivo quanto a inclusão escolar com o inverso, tendo uma prática clínica na escola, prática essa que nada tem a ver com uma psicologia escolar e uma visão dessa prática e de como essa se insere no contexto escolar.

Diante do que foi visto, pode-se dizer que o papel da Educação e da Psicologia não tem sido o de promover a inclusão, mas sim o possível ver de fato manifestações que caminhem para um levantamento de dados e posteriores ações para melhorar a inclusão saia do papel e se materialize na realidade das escolas brasileiras. O que se vê, na verdade, ainda é uma preocupação com conceituações patologizantes, uma visão clínica, que distorce a verdadeira função de uma psicologia que ajuda para quem recebe o diagnóstico. Nesse sentido, é preciso um trabalho conjunto entre educação e psicologia, comum, a inclusão.

CONCLUSÃO

Diante do levantamento feito no presente artigo percebeu-se a existência de pesquisas na região Nordeste sobre a inclusão. No entanto, tal análise também revelou um quadro preocupante nessa região, constatou-se a incipiência e a pouca preocupação voltadas para tal discussão, sendo assim, percebe-se a falta de suporte científico para uma prática mais inclusiva.

Constatou-se, que de maneira geral, a escola não se sente preparada para o desafio de incluir crianças autistas, incluir esses alunos. Embora o país possua bases legais para inclusão, faltam ferramentas práticas para que re efetive na prática. Percebeu-se iniciativas da escola, professores, mediadores, entre outros, mas ainda é nece práticas essenciais, para que a inclusão aconteça como, por exemplo, a qualificação de professores, empoderam desenvolvimento social para crianças dentro do espectro autista, a contratação de mediadores pelas escolas, pã psicólogos escolares, a produção científica sobre tal temática, entre outros aspectos.

Torna-se, portanto, de grande relevância novas pesquisas no campo da psicologia e educação para atender a ess ainda mais realista desse quadro faz-se necessário a realização de pesquisas de campo, onde sejam feitas entre mediadores, etc., a fim de realizar um mapeamento dessa realidade e de se estudar maneiras de implementar ; mais eficaz.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANDALÓ, C. S. A. O papel do psicólogo escolar. *Psicol. cienc. prof.* v.4 n.1 Brasília, 1984
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011
- BRASIL, Constituição. Constituição Federal Brasileira de 1988. . .
- BRASIL. Presidência da República. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Presidência da República, 2012. 3 p. Disponível em . Acesso em 18 de setembro de 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. No Brasil, 2017. http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_2017.pdf. Acessado em 15/11/2017
- CANDEIAS, A. R. G. Autismo: inclusão ou integração. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Educação e Ensino em: Acesso em 15 de março de 2018.
- CUNHA, P. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Atenção integral às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias no sistema único de ensino**. Brasília, 2008.
- DANUZZI, M.V.M A. Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: Uma Leitura Crítica. *Psicologia Ciência E Profissão* 2008, v.28, n.98, p.1-12.
- FARIAS, I. M. *et al.* **Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise de caso base na teoria da experiência de aprendizagem mediada**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2008, v.14, n.3, p.385-394.
- KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. Yale Child Study Center, Yale University School of Medicine, 2006.
- KUPFER, M. Pré-escola terapêutica Lugar de Vida: um dispositivo para o tratamento de crianças com distúrbios de aprendizagem. A.; SOUZA, M. (Org.). **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- MACÊDO. C. R. S. A criança com transtorno do espectro autista (TEA) e o professor: uma proposta de intervenção mediada (EAM). 2015. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar: eis a questão**. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro, WVA, 1997.
- NASCIMENTO, V. G. **O acompanhamento terapêutico escolar no processo de inclusão de uma criança com transtorno do espectro do autismo**. Nascimento. - 2015.
- ORRÚ, S, E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**/ Sílvia Ester Orrú. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- PEREIRA, D. M. **Análise dos efeitos de um plano educacional individualizado no desenvolvimento da criança com transtorno do espectro do autismo**. 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- PRAÇA, É. T. P. O. Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular. 2011. 140f. Tese (Mestrado em Educação) - Instituto de ciências exatas. Juiz de Fora (MG), 2011.< <http://www.ufff.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%20de%20Educa%20Inclusiva.pdf>
- RAMOS, F. S; FONTES A. L. D; CORDEIRO, M. M. P; JÚNIOR, A. C. S; COSTA, J. O papel do psicólogo escolar com pessoas com deficiências. II **Congresso Internacional de Educação Inclusiva**, 2016. Disponível em: Acesso em 15/11/2017
- SANCHES, I. E TEODORO, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Brasileira de Educação**, 11, 1-15.

SANTOS, A. A. Inclusão escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista: Significados e p

SEGATE, A. **A formação docente para a inclusão escolar de alunos especiais.** In; Anais do II Seminário c
44-50 21. 22 de maio 2010

SILVA, A, B, B. **Mundo singular: entenda o autismo/** Ana Beatriz Barbosa Silva, Mayra Bonifacio Gaiato, I
Objetiva, 2012.

SILVA, V. C. G. A inclusão de crianças com autismo. Reflexão de trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação
Portugal. 2017. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/1977/1/TME%20585.pdf>. Acesso i

SOUSA, D. L. S. O Diagnóstico e a escolarização [manuscrito]: os sentidos subjetivos constituídos por mães de
Silva Sousa. – 2016.

SUPLINO, M H F. **Inclusão Escolar de Alunos com Autismo.** 2008. Disponível em:
> Acesso em 27 de novembro de 2017.

TEIXEIRA, G. **Manual do Autismo. Guia dos Pais Para o Tratamento Completo.** 1 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.